

ASSOCIAÇÕES CIVIS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS E PARTICIPAÇÕES DE TORCEDORES: PROPOSTA DE TIPOLOGIA DE CLUBES DE FUTEBOL NO SÉCULO XXI¹

IRLAN SIMÕES SANTOS*

Resumo: Este artigo dedica-se à elaboração de uma proposta de classificação dos tipos de clubes de futebol no século XXI, considerando o contínuo processo de “empresarização” dos clubes, através da conversão de “associações civis” em “sociedades empresárias”. Desenvolvidos de formas distintas nos diferentes países, identificam-se ao menos 10 tipos de clubes de futebol, de acordo com o levantamento do formato jurídico, da estrutura societária e do modelo político de cada agremiação. A proposta do artigo parte do interesse em compreender como esses clubes se estruturam para, diante disso, observar como essa questão estrutural influencia – ou mesmo determina – os tipos de organizações elaboradas pelos movimentos de torcedores, mais precisamente aquelas criadas com o objetivo de garantir maior participação política dos adeptos/*aficionados*/*supporters*/*hinchas* nas suas respectivas agremiações.

Palavras-chave: Clubes de futebol. Torcedores. Movimentos de torcedores. Associações civis. Clube-empresa.

Members organizations, joint stock companies and supporters decision making: a XXI century football clubs typology proposal

Abstract: This article seeks to formulate a proposal to classify the types of football clubs in the XXI century, assessing the continuous process of clubs’ conversion models from the non-profit organizations with members into joint stock companies with shareholders. Developed in distinct ways from country to country, at least 10 types of football clubs structures are observed according to the survey of each club’s legal format, societal structure and political model. The purpose of this article derives from the interest to know how these clubs are structured and then observe how these structures influences – or even condition – which kind of organizations are originated from the supporters’ movements, with special attention to those created to ensure greater political participation of the *adeptos/aficionados/supporters/hinchas* and a bigger role in their clubs’ decision making processes.

Keywords: Football clubs. Supporters. Supporters movements. Members owned clubs. Football companies.

*Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Laboratório de Estudos em Mídia e Esportes (PPGCom/Uerj). E-mail: iirlansimoes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom/Uerj), através de esforços dedicados à investigação de variados movimentos de torcedores de clubes de futebol em clubes de países europeus e sul-americanos, buscou-se detectar as principais semelhanças e diferenças entre essas iniciativas. Coadunada aos estudos dos chamados *supporters activism* (na bibliografia europeia), a pesquisa acabou por revelar um quadro diverso e complexo de organizações de torcedores, que respondiam quase diretamente às estruturas historicamente constituídas pelos clubes de cada um desses países em análise (CLELAND et al., 2018; GARCIA; ZHENGZ, 2017; KENNEDY; KENNEDY, 2018).

Dessas muitas formas de ativismos torcedores, interessava observar a organização de agrupamentos, coletivos, movimentos e entidades que disputavam os sentidos dos estádios e dos clubes de futebol. No caso dos estádios, a pesquisa dedicou-se à observação dos movimentos que ensejam debates por políticas de precificação de ingressos (ou *season tickets*) mais acessíveis e populares; pela defesa da cultura torcedora, pelo direito à realização das festas e pela liberdade de expressão nas arquibancadas; contra a violência policial; contra a criminalização dos torcedores; e contra a troca ou desfiguração das tradicionais praças desportivas.

No caso dos clubes, a pesquisa dedicou-se a observar as organizações que demandam maior protagonismo dos torcedores dentro das suas agremiações, reivindicando maior poder de decisão, voz e voto na eleição de uma nova diretoria ou, em casos mais restritos, a criação de espaços oficiais e legitimados de participação de torcedores.

No complexo panorama dessas organizações, essas duas linhas de atuação podem caminhar em conjunto, mas tendem a se separar por uma questão fundamental: a inexistência de organismos – ou mecanismos oficiais – de participação desses torcedores nos círculos decisórios dos seus clubes. Levantar pautas que concernem ao acesso ou aos direitos na/à arquibancada tende a ser uma tarefa mais fácil do que a disputa do controle dos clubes, uma vez que muitos desses já se constituem como empresas há décadas (ou desde sempre).

Esses movimentos não são desconexos em seus sentidos: todos discursam, em alguma medida, pela manutenção ou obtenção de direitos por parte dos torcedores, demandando um papel de protagonismo dentro dos seus clubes. Mesmo naqueles clubes constituídos como empresas – portanto, com proprietários (*owners*) –, esses agrupamentos de torcedores reivindicavam um papel político, justificando uma “propriedade simbólica” sobre essas agremiações. Promoviam também uma noção mais expandida do “clube”: não apenas uma empresa produtora de espetáculo, mas uma instituição social, ou um patrimônio histórico de uma comunidade ou cidade. Essa argumentação se basearia – ao mesmo tempo em que promoveria – uma perspectiva política que percebesse os clubes como instituições sociais a serem protegidas dos interesses particulares dos seus donos momentâneos.

Essas e outras questões já foram abordadas em outras oportunidades com maior profundidade e detalhamento (SANTOS; SANTOS, 2020; SIMÕES SANTOS, 2020; 2020b; 2021a; 2021b; 2021c). Aqui, pretende-se trazer mais uma contribuição para esse campo de estudos dos ativismos torcedores, oferecendo-se um quadro de classificação de tipos de clubes de futebol. Para tanto, elaborou-se um diagrama como contributo para uma melhor visualização dos dez tipos de clubes identificados ao longo da pesquisa. Esse artigo deve ser visto como parte de um conjunto de publicações conectadas, citadas nas referências.

Dado o ponto de partida do artigo – a percepção dos espaços de participação dos torcedores nos clubes de futebol –, defende-se a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre os modelos dos clubes e o histórico de constituição desses. Defende-se que essas estruturas influenciam e criam as condições nas quais os movimentos políticos de torcedores podem se estabelecer, ainda que não sejam estritamente determinantes para a constituição ou não dessas experiências.

Adiante, o artigo discutirá a questão da variedade de tipos de clubes em diferentes países; fará uma breve reflexão sobre o tema dos ativismos dos torcedores quanto à criação de condições de participação mais efetiva nos seus clubes; e apresentará os critérios estabelecidos

para a criação dos elementos de classificação dos clubes, ao passo que destacará exceções, observações e demais especificidades importantes dentro desse exercício analítico.

EMPRESARIZAÇÃO E OS TORCEDORES

O modelo classificatório aqui apresentado tem utilidade para o estudo de potencialmente todos os clubes existentes na atualidade, mas esse artigo reserva-se a responder a análises dedicadas a clubes de ao menos quatorze países: Inglaterra, Alemanha, Países Baixos, Itália, França, Espanha, Portugal, Turquia, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Brasil e México.

Cada país desenvolveu seu sistema próprio de organização da atividade do futebol, mas é possível dizer que há uma tendência à homogeneização a partir da década de 1980, com as propostas de modernização gerencial e comercial dos clubes, através da transformação desses em empresas. Esse processo de “empresarização” dos clubes deve ser entendido como uma etapa avançada das consecutivas transformações mercantilizadoras do futebol a partir, principalmente, da década de 1970.

Na ampla maioria desses países, as associações civis sem fins lucrativos apresentaram-se como modelo predominante dos clubes que fundaram e desenvolveram o futebol em suas localidades. São as “associações civis sem fins lucrativos” (Brasil/Portugal), “asociaciones civiles sin ánimo de lucro” (Espanha/Argentina/Uruguai), “eingetragener Verein” (Alemanha), “vereniging” (Países Baixos), “dernekler” (Turquia), etc.

Como observa Luciano Motta (2020, p. 73), três argumentos principais sobrepuseram-se dentro dos círculos de discussão mais relevantes do ambiente do futebol, sugerindo a inviabilidade da manutenção dos clubes de futebol profissional de espetáculo como associações civis sem fins lucrativos:

(I) A precariedade do modelo associativo, como, no mínimo, um dos principais responsáveis pela falência do atual modelo de gestão nos clubes de futebol; (II) considerando que o desporto de alto rendimento ganhou o status de negócio, sua forma jurídica seria incompatível com o conceito de associação e, conseqüentemente, seria compatível com o conceito de empresa, principalmente se considerando que se percebe uma busca pelo lucro; e (III) o sucesso da adoção da tipologia do clube-empresa ao redor do mundo como sinônimo de prosperidade capaz de superar uma crise paradigmática.

Com a exceção da Inglaterra, onde os clubes já começam a se constituir como companhias limitadas antes mesmo do século XX – sendo que as poucas associações remanescentes se converteram até meados da segunda década do século –, o modelo de associação civil foi predominante no futebol até a década de 1980. É possível estabelecer uma cronologia resumida das legislações adotadas por cada país, quase integralmente lançadas com o intuito de garantir maior transparência, profissionalização e responsabilidade gerencial dos clubes de futebol: Itália (1966/81), França (1984), Espanha (1990), Portugal (1996), Alemanha (1997), Brasil (1998), Países Baixos (1999), Chile (2005), Colômbia (2012).

Há uma grande variedade dentre os processos de empresarização de país a país. A Itália, por exemplo, obrigou que os clubes das principais divisões se convertessem em empresas; enquanto a França ofereceu alternativas específicas aos clubes (MOTTA, 2020, p. 134-151). Ambos os países limitaram a distribuição dos eventuais lucros obtidos entre acionistas, nas primeiras décadas. Na Espanha, a conversão foi obrigatória, mas com mecanismos bem definidos de prioridade dos antigos sócios à compra das ações dessa nova sociedade anônima desportiva (FERREIRA; FIGOLS, 2020, p. 74). Em Portugal, as associações puderam seguir existindo, inclusive como acionistas majoritárias dessas novas sociedades anônimas (SADs) (MACEDO; SILVA, p. 166). Já na Alemanha, por força da lei, as sociedades criadas para a gestão dos ativos relacionados ao futebol profissional dos clubes teriam que obrigatoriamente ter como acionista majoritário a associação civil original. (VIÑAS, p. 242) Nos Países Baixos, apesar da inexistência

de restrições desse tipo, os principais clubes seguem controlados pelas associações (MOTTA, 2020, p. 186). A Argentina nunca aprovou uma lei nesses marcos, e, pelo contrário, criou restrições a clubes que não fossem constituídos como associações civis (MOREIRA; DASKAL, 2020, p. 132). Brasil e Colômbia possuem legislações que não obrigam os clubes à conversão, mas o segundo elaborou mecanismos que incentivaram esse processo, promovendo a conversão da maioria dos clubes (ARDILA BARRERA, 2019). O Chile, por sua vez, também impôs a criação das sociedades anônimas desportivas profissionais (SADP) aos clubes das duas principais divisões (RUETE et al., 2020, p. 178).

Essa breve descrição já indica a grande variedade de tipos possíveis de clubes, não restritos às fronteiras de um país ou a um modelo puro de associação civil ou de sociedade empresária, razão pela qual esse artigo se dedica a elaborar tal diagrama de classificação. Para uma abordagem mais profunda sobre cada país, sugere-se a leitura do livro “O Mito do clube-empresa”, de Luciano Motta (2020) e da obra “Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol”, de Irlan Simões Santos (2020a).

Antes de apresentar a classificação aqui proposta, cabe reforçar a sua motivação principal. Esse artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre ativismos torcedores, o que exige um entendimento pormenorizado sobre a realidade concreta onde essas experiências organizativas são criadas. Um coletivo de associados de um clube, por razões óbvias, só poderá ser elaborado em uma conjuntura onde um clube associativo está presente. De igual modo, movimentos como os de “pequenos acionistas”, como ocorre na Espanha, só existem em circunstâncias onde o clube já não conta com uma associação civil, e apenas a disputa pelo controle acionário – ou de mínima representação na assembleia de acionistas – está em perspectiva.

Essas diferenças só podem ser percebidas quando os clubes são compreendidos em suas constituições históricas. Ao mesmo tempo em que esse esforço auxilia no estudo de um caso mais específico, ele tem utilidade na percepção mais ampla da existência dos movimentos de torcedores, sem que se resume a um ou outro formato jurídico.

O estudo do “ativismo torcedor” desenvolveu-se com maior ênfase na Inglaterra, ainda na virada do século (BROWN, 1998; NASH, 2000; WHANNEL, 2008), e acabou ganhando pesquisadores adeptos em vários outros países europeus. São estudos dedicados principalmente à investigação das formas como torcedores reagem/combatem os processos mais agressivos de mercantilização do futebol, e como dito anteriormente, são iniciativas por um papel mais decisivo dos torcedores nas decisões políticas dentro dos seus clubes e do futebol em geral (CLELAND et al., 2018; GARCIA; ZHENG, 2017; KENNEDY; KENNEDY, 2013).

Por se tratarem de estudos muitas vezes restritos a um clube ou a um único país, essas obras acabam não abordando em uma perspectiva mais ampla as conexões existentes entre essas organizações, que ocorrem apesar das distinções profundas entre essas realidades. A pesquisa que origina esse artigo tem como objetivo estabelecer esse contato.

OS TRÊS NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO

Há diferenças substanciais entre os modelos adotados em cada país no que se refere à legislação que impôs (ou não) a conversão dos clubes de futebol em empresas, o que necessariamente vai implicar na existência ou na inexistência de espaços possíveis de atuação dos torcedores – ou na elaboração de organizações que ensejem isso. Há de se levar em conta que essas diferenças também podem estar presentes entre clubes de um mesmo país, por isso a análise de cada clube deve atentar para três níveis distintos de classificação. Isso deve-se ao grau de autonomia que cada país conferiu ao seu sistema de futebol próprio: obrigando os clubes à conversão completa, apenas exigindo a criação de uma sociedade empresária sem extinção da associação original ou dando total liberdade de escolha.

A Figura 1 apresenta o diagrama completo da classificação dos tipos de clubes de futebol:

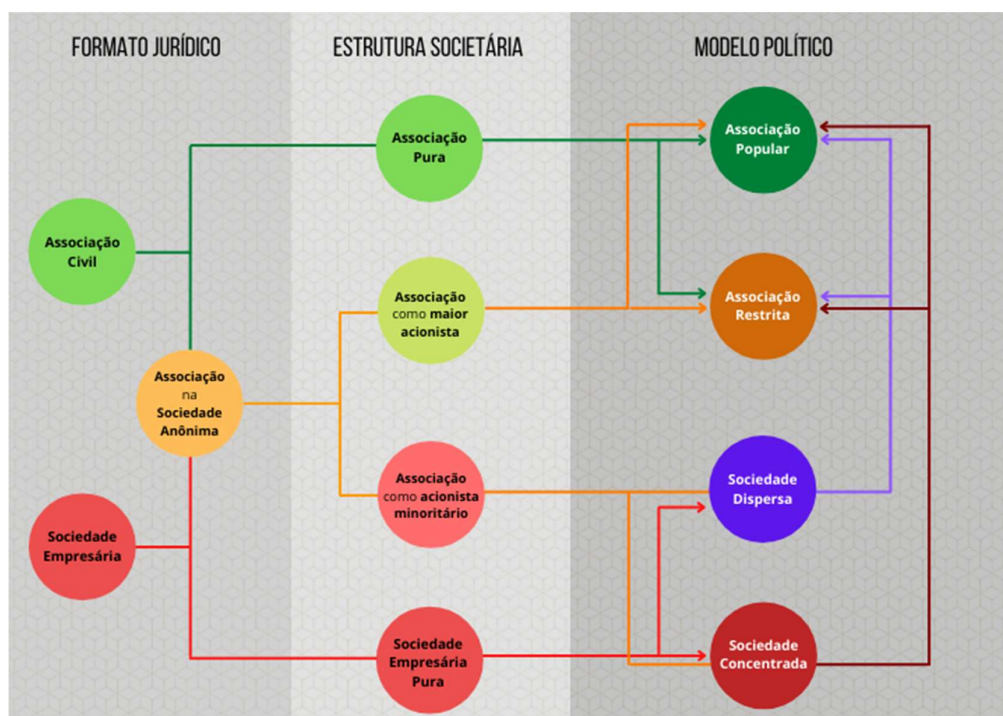


Figura 1– Diagrama Completo da Classificação de tipos de clubes de futebol
Fonte: O autor

Ao todo, o diagrama ilustra 10 tipos de clubes, a serem observados a partir das suas características em três níveis: o formato jurídico, a estrutura societária e o modelo político em questão.

Nível 1: Formato jurídico

Em linhas gerais, existem três formatos jurídicos principais em clubes de futebol:

- A) Associação civil sem fins lucrativos:** basicamente uma entidade civil que por mais que desenvolva uma atividade econômica, não distribui dividendos entre os seus membros, sendo todo fruto financeiro da sua atividade revertido novamente na própria entidade, à qual os associados estão vinculados de forma voluntária;
- B) Sociedade empresária:** pode ser composta por muitos modelos existentes de empresas – em geral sociedades limitadas ou sociedades anônimas, no caso do futebol – e pode envolver um ou mais indivíduos que podem usufruir dos seus resultados financeiros em forma de dividendos, portanto, onde o vínculo, em tese, possui finalidades financeiras/comerciais;
- C) Sociedade anônima com associação como acionista:** formato muito comum em países onde os clubes foram obrigados a constituir uma empresa sem necessariamente obrigar a dissolução dessa associação civil, constituindo um modelo comumente chamado de “misto”, em que acionistas/investidores compõem a sociedade em coexistência com uma associação civil aos moldes do item 1.

Como se pode perceber, apesar de soarem semelhantes, os tipos **B** e **C** já apresentam, a partir daqui, diferenças estruturais que influenciam decisivamente nos critérios de classificação seguintes. O que se observa é que não existe uma simples dicotomia entre clube associativo e clube-empresa, comum nos variados debates sobre a matéria observados no Brasil nos anos anteriores à publicação desse artigo, mas uma realidade onde a disputa dentro da associação pode ser mais ou menos decisiva dentro de um contexto geral.

Nível 2: Estrutura societária

O segundo nível de classificação segue quase diretamente o caso anterior, observando-se, porém, que em casos de sociedades anônimas compostas pela própria associação civil originária, essa configuração pode apresentar muitas variações. Em alguns países, como Alemanha e Portugal, os clubes associativos podem ter o controle majoritário dessa sociedade (VIÑAS, 2020; MACEDO; SILVA, 2020), enquanto em países como o Chile, as associações foram obrigatoriamente reduzidas a uma participação minoritária – e muito menos decisiva (RUETE et al., 2020).

Nesse segundo caso, o poder de decisão da associação tende a ser diminuto, por vezes restrito a contrapartidas previstas em lei, como o controle de um tipo especial de ação – geralmente denominada de “*golden share*” – com poder de decisão/veto sobre temas específicos e mais sensíveis (marcas, símbolos, cores do clube, troca do estádio etc.). Aprofundando o nível de classificação, assim se apresenta o quadro geral:

A) Associação civil sem fins lucrativos

1. Associação civil “pura”: quando o clube preserva seu formato original de associação civil sem fins lucrativos;

B) Sociedade empresária:

1. Sociedade empresária “pura”: quando o clube é constituído como empresa e sua sociedade é inteiramente formada por investidores privados, sem a existência de uma associação civil;

C) Sociedade anônima com associação civil:

1. Associação como maior acionista: casos em que a associação civil originária detém a maior parte da sociedade anônima, portanto detendo o controle ou maior poder dentro da mesma;

2. Associação como acionista minoritário: quando a figura da associação civil ainda está presente, mas não tem maior poder de decisão na sociedade, ou está reduzida a uma função muito específica na cadeia de decisões.

Portanto, após o segundo nível de classificação, avaliados o formato jurídico e a estrutura societária, teríamos quatro tipos possíveis. Usando termos mais simplificados:

A1) Associação “pura”;

B1) Empresa “pura”;

C1) Empresa controlada pela associação; e

C2) Empresa não controlada pela associação.

Como é possível perceber, no caso de clubes com o tipo **C1**, o controle da empresa ainda se dá pela associação civil originária, mesmo que seja detectada a existência de acionistas externos, que podem estar presentes em quantidades ilimitadas. É o caso dos clubes da Alemanha (50+1) e dos principais clubes de Portugal.

A estrutura societária, apesar de aprofundar e ampliar os tipos existentes de clubes de futebol apresentados no primeiro nível, não é suficiente para esgotar esse quadro de classificação. Por isso seguimos ao terceiro nível.

Nível 3: Modelo político

Associações civis e sociedades empresárias possuem processos de decisão consideravelmente distintos. Entretanto, o modelo de classificação pode condensar essas questões no nível da análise do “modelo político”, dado o já ressaltado objetivo inicial de percepção dos espaços possíveis de atuação dos torcedores nos clubes.

Para o caso das associações, importa observar o próprio processo político previsto em estatuto, que apresenta muitos modelos possíveis, seja quanto aos critérios de admissão de novos sócios (restrito/aberto), quanto aos custos para o acesso e manutenção dos direitos associativos/políticos (custoso/acessível), bem como ao próprio processo eleitoral em si (direto/indireto). Para apresentar um quadro mais sintetizado, dois tipos de classificação bastam para designar o modelo político das associações civis: “popular” ou “restrita”. Isso vale tanto para aquelas de tipo **A1**, quanto para as presentes nos modelos **C1** ou **C2**.

Por outro lado, onde a associação é minoritária em sociedade anônima, para além da própria configuração da associação (se popular ou restrita), será preciso também observar o tipo de sociedade em questão. Há clubes com um acionista majoritário com larga diferença de ações frente a outros acionistas (sociedade concentrada) e outros onde essas ações estão mais pulverizadas entre os acionistas (sociedade dispersa), apresentando uma conjuntura de disputa consideravelmente distinta. No caso das sociedades empresárias puras, a configuração como “sociedade dispersa” pode indicar, a depender do caso, uma possibilidade de espaço de atuação dos torcedores, como é o caso mais comum em clubes espanhóis, onde vemos a figura dos “pequenos acionistas”. Temos então os seguintes tipos de clubes:

A1) Associação civil “pura”, onde:

a. Associação Popular: quando a associação é acessível e a participação nas assembleias é direta, incluindo voto.

b. Associação Restrita: quando o acesso à associação é mais elitizado e/ou o poder de participação é diminuído por barreiras estatutárias.

B1) Sociedade empresária “pura”, com:

a. Sociedade Dispersa: quando o controle acionário está pulverizado em muitos acionistas, em certos casos, contando com antigos associados do clube.

b. Sociedade Concentrada: quando o controle acionário está largamente sob o controle de um único acionista majoritário.

C1) Sociedade empresária com associação civil como maior acionista:²

a. Associação Popular: quando a associação é acessível e a participação nas assembleias é direta (incluindo voto).

b. Associação Restrita: quando o acesso à associação é mais elitizada e/ou o poder de participação é diminuído por barreiras estatutárias.

C2) Sociedade empresária com associação como acionista minoritário:

a. Sociedade Dispersa:

a¹ - com Associação Popular: quando o controle acionário está pulverizado em muitos acionistas, dentre eles a associação civil, mas a associação é acessível e a participação nas assembleias é direta.

a² - com Associação Restrita: quando o controle acionário está pulverizado em muitos acionistas, dentre eles a associação civil e o acesso à associação é elitizado e/ou o poder de participação é diminuído por barreiras estatutárias.

b. Sociedade Concentrada:

b¹ - com Associação Popular: quando o controle acionário está largamente sob o controle de um único acionista majoritário, mas o acesso à associação é mais amplo e a participação nas assembleias é direta.

b² - com Associação Restrita: quando o controle acionário está largamente sob o controle de um único acionista majoritário e o acesso à associação é mais elitizado e/ou o poder de participação é diminuído por barreiras estatutárias.

Esquemas de classificação, como o que está sendo aqui proposto, não pretendem esgotar os objetos aos quais se dedicam, tampouco intencionam abarcar todas as variações possíveis sobre um campo. O diagrama aqui proposto pretende apenas auxiliar os futuros interessados nesses estudos, de modo que possam visualizar de forma mais simplificada as possibilidades de constituição de um clube de futebol em três níveis. Por isso é sempre importante atentar para a possibilidade da ocorrência de particularidades presentes em cada clube.

Como observado pelo próprio Luciano Motta em consultas para a produção desse artigo, é possível que uma sociedade não seja controlada pelo seu acionista majoritário, uma vez que cada sociedade possui seu próprio funcionamento e um acordo de acionistas pode indicar algo não tão objetivo e direto como a lógica de “mais ações, maior poder”. Essas variações, apesar de não ocorrerem nos casos que essa pesquisa estudou, podem estar presentes em determinadas ocasiões. De todo modo, trata-se de uma questão de pouco impacto sobre o diagrama proposto, cujo objetivo já salientado é observar o espaço possível de atuação dos torcedores nos clubes, inevitavelmente restrito nesses casos.

Feitas as descrições dos modelos possíveis, passemos à apresentação dos mesmos em destaque no diagrama, com exemplificações reais sobre cada um deles.

Os 10 tipos de clubes

Com breves comentários e exemplificações, o diagrama apresenta então 10 possibilidades de tipos de clubes de futebol. A seguir eles serão apresentados pela ordem inicial (A, B e C), com suas variações possíveis.

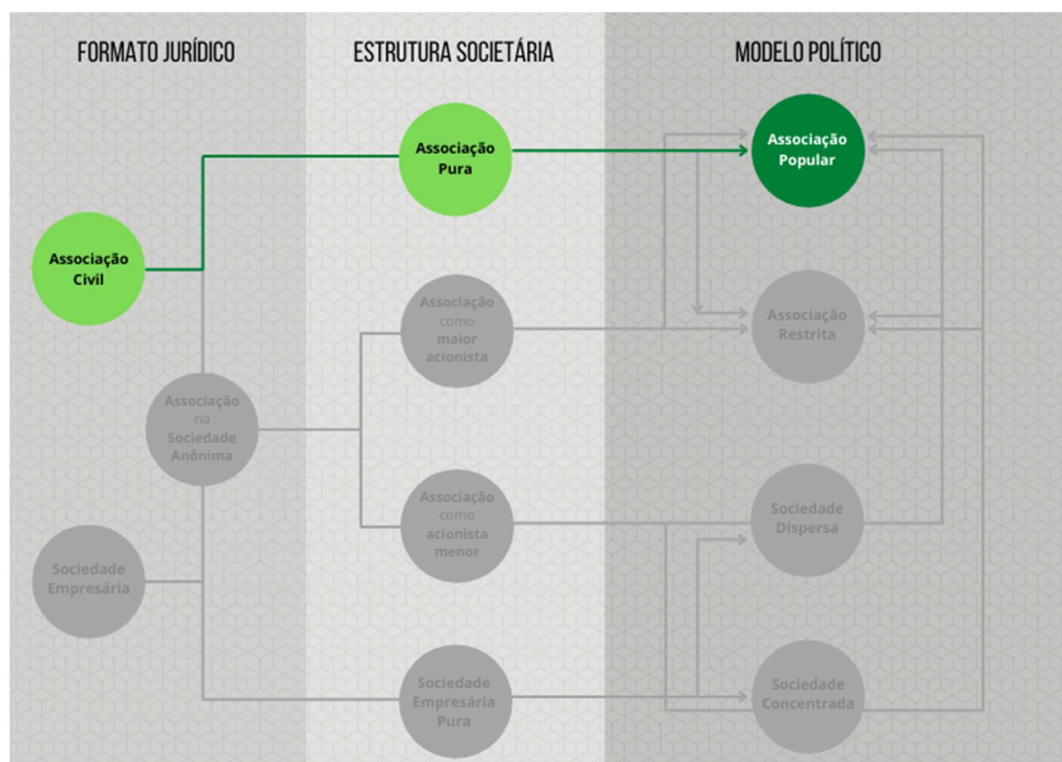


Figura 2 – Tipo A1a
Fonte: O autor

O “Tipo A1a” (Fig. 2) apresenta uma associação civil de caráter popular, modelo cuja associação tem custos mais razoáveis e a participação dos sócios é direta nas Assembleias Gerais e nas eleições. Está presente em basicamente todos os clubes da Argentina; e é o modelo do CA Peñarol e do Club Nacional, principais emblemas do Uruguai (MOREIRA e DASKAL, 2020). Também é o modelo que representa o FC Barcelona, o Athletic Club (Bilbao) e o CA Osasuna, da Espanha (FERREIRA; FIGOLS, 2020). Na Turquia, está presente no Fenerbahçe SK e no Beşiktaş JK, dois dos principais clubes locais (GÜNEY, 2020). No Brasil, alguns clubes adotaram esse modelo, tais como: SC Internacional, Grêmio FPA, Santos FC, EC Bahia, EC Vitória, C Náutico Capibaribe e Fortaleza EC (SANTOS; SANTOS, 2020).

Em todos esses casos, há a possibilidade de participação direta do torcedor enquanto sócio com direitos constituídos, o que não exige modelos organizativos mais complexos. É comum observar, entretanto, a existência de agrupamentos de sócios com reivindicações e pautas mais relacionadas aos espaços dos torcedores nos clubes e nos estádios, com pretensões de maior representação nos ciclos decisórios desses clubes (SANTOS; SANTOS, 2020). Exemplos: o grupo “Povo do Clube”, do SC Internacional; “Frente Vitória Popular”, do EC Vitória; “Raízes Vascainas”, do CR Vasco da Gama.

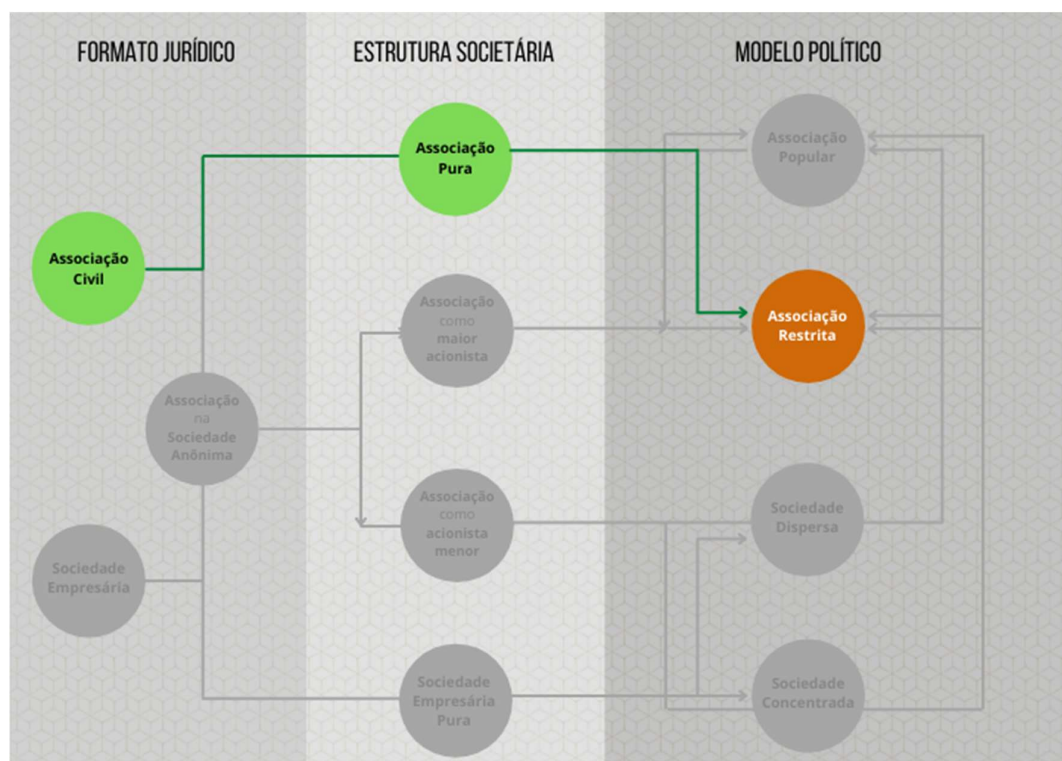


Figura 3 – Tipo A1b

Fonte: O autor

O “Tipo A1b” (Fig. 3) apresenta uma associação civil de caráter restrito, modelo em que a associação tem custos mais elevados e/ou estabelece limites para a participação dos sócios, seja com eleições indiretas ou com cláusulas de barreiras mais rígidas. É o modelo predominante dentre os clubes do Brasil (SANTOS e SANTOS, 2020); mas também inclui o Real Madrid CF da Espanha (GOAL, 2021) e o Galatasaray SK da Turquia (GÜNEY, 2020). Na Colômbia, é o modelo de uma das únicas associações civis remanescentes, o Deportivo Cali (ARDILA BARRERA, 2019).

Nesse tipo de clube, diante da dificuldade de garantir direito a voz e voto, as organizações torcedoras tendem a se guiar exatamente no sentido de buscar tal ampliação de poder de participação – a “democratização”. No Brasil, esses agrupamentos encampam campanhas por reformas de estatutos e abertura das assembleias aos chamados “sócio-torcedores” (categoria associativa que se resume a oferecer descontos na compra de ingressos, o que não inclui direitos

associativos). Exemplos: “Só Corinthians”, do SC Corinthians Paulista; “Ocupa Palestra”, da SE Palmeiras; “Flamengo da Gente”, do CR Flamengo.

Onde esses movimentos por democratização não existem, a incidência de atuação organizada dos torcedores através de organizações coletivas é muito parecida com aquelas vistas em clubes sob o formato empresarial: uma crítica “externa”, baseada em um senso de propriedade que não está respaldado em mecanismos legais constituídos do clube (SIMÕES SANTOS, 2020b).

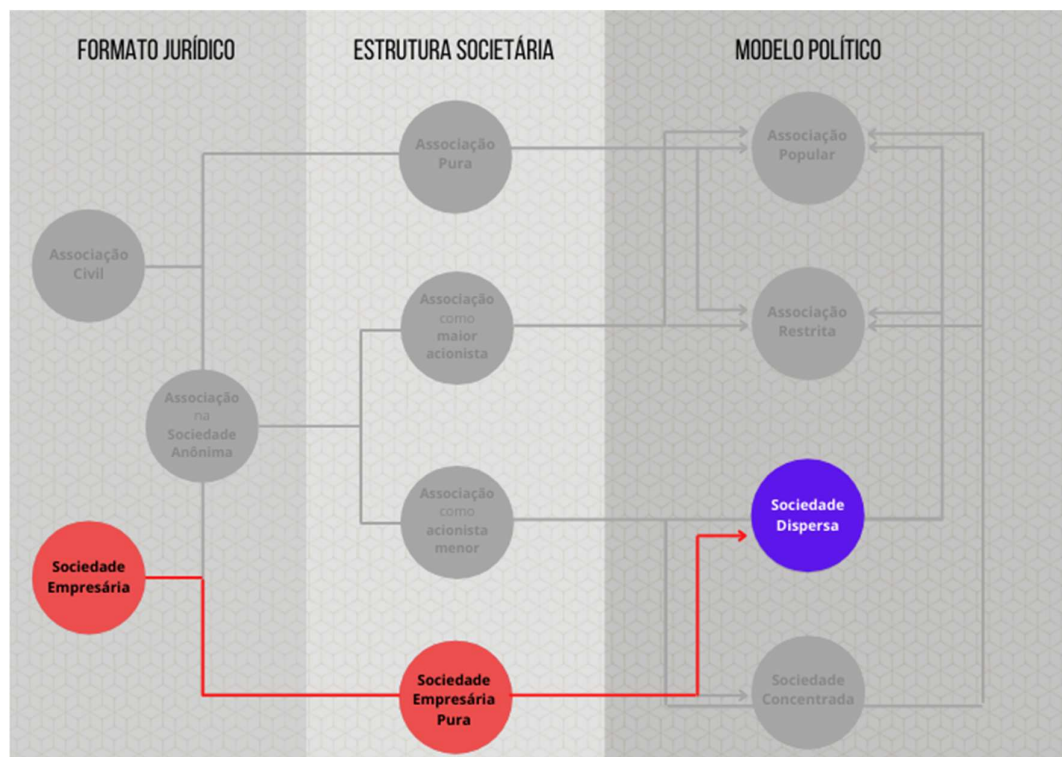


Figura 4 – Tipo B1a
Fonte: O autor

O “Tipo B1a” (Fig. 4) apresenta uma sociedade empresária cujo controle está disperso entre muitos acionistas. Esse modelo pode apresentar muitas configurações possíveis, mas deve ser considerado para casos em que o clube não possui um sócio majoritário com larga diferença sobre os outros. Dessa forma, é possível encontrar casos em que torcedores estão presentes no quadro de acionistas do clube com algum grau de participação ou voz dentro do clube.

É um modelo presente em clubes como Sevilla FC, Real Bétis e Real Sociedad, da Espanha, que foram alguns dos poucos que mantiveram participação significativa dos antigos sócios – da associação, antes da conversão compulsória promovida pela “Ley de Deportes” (10/1990) – enquanto “pequenos acionistas”. Esses torcedores/acionistas estão organizados em associações de pequenos acionistas, que por sua vez estão reunidas na *Federación de Accionistas y Socios del Fútbol Español* (FASFE).

Na Inglaterra, as “*supporters trusts*” – organizações pelas quais torcedores se reúnem para a compra de ações nos clubes – apresentam uma relativa proximidade desses princípios. Atualmente, as “trusts” só possuem participação relevante em clubes de divisões inferiores, mas estão presentes em praticamente todos os clubes ingleses (KEOGHAN, 2014).

Associações de pequenos acionistas espanholas e *supporters trusts* inglesas comumente se articulam e mantêm alianças com outros agrupamentos de torcedores, oferecendo representatividade oficial e legitimidade para ação.

A figura de ex-sócios e acionistas também está presente em alguns clubes da Colômbia, a exemplo de Millonarios FC e Independiente Santa Fé (ARDILA BARRERA, 2019), mas a pesquisa não encontrou formas organizativas mais elaboradas desse tipo de torcedor/acionista nesses clubes.

Há muitos casos de clubes onde um número amplo de acionistas possui quantidades equilibradas de ações, mas sem representatividade torcedora. É o caso do francês Olympique Lyonnais, onde torcedores foram atraídos à compra de ações, mas seguem sem maiores participações decisivas, sendo essas concentradas em três principais acionistas que controlam cerca de 80% do capital do clube (OLYMPIQUE LYONNAIS, 2021).

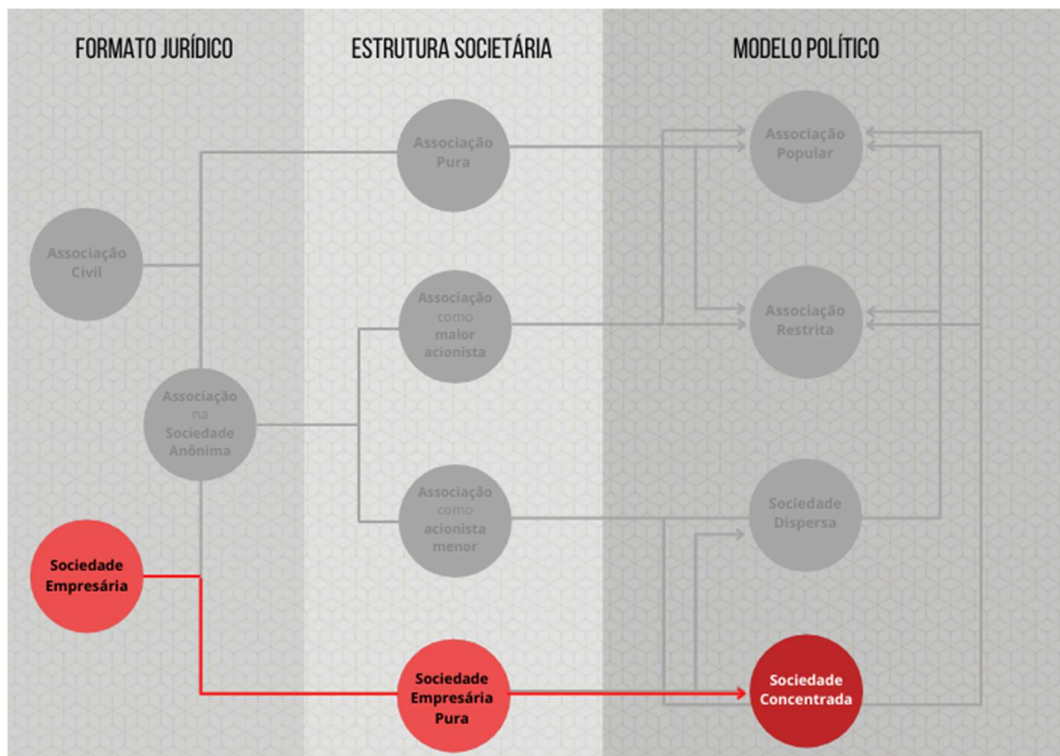


Figura 5 – Tipo B1b

Fonte: O autor

O “Tipo B1b” (Fig. 5) apresenta a sociedade empresária cujo controle está concentrado sob um acionista majoritário. É o modelo predominante nos principais clubes da Itália, França, Inglaterra e México. São vistos também, apesar de importantes exceções, na Espanha, Holanda e Colômbia (MOTTA, 2020). É por conta dessa realidade que comumente se diz que esses clubes possuem “donos”, mas em realidade são os acionistas controladores ou os acionistas com maior poder de voto dentro da sociedade/empresa.

Como esse modelo é impeditivo à participação efetiva dos torcedores, aqui é possível apenas perceber a existência de agrupamentos “externos” aos espaços de decisão dos clubes. As próprias “supporters trusts” inglesas podem ser entendidas nesses contextos, mas como são os casos onde a participação é inexistente ou ínfima, restaria observar outros formatos organizativos não guiados pela disputa interna do clube (SIMÕES SANTOS, 2021b).

Na Alemanha, clubes como Wolfsburg, Bayer Leverkusen e Hoffenheim apresentam esse modelo, mas são exceções à regra local, como veremos adiante. O tipo “C” volta a apresentar a figura da associação, em contextos distintos do tipo “A”. Apesar de o clube estar constituído enquanto empresa, o fato desta ser controlada pela associação – contando apenas com outros acionistas com peso reduzido –, leva-nos a perceber esses espaços de disputa dos torcedores nos mesmos moldes das associações civis de tipo “A”.

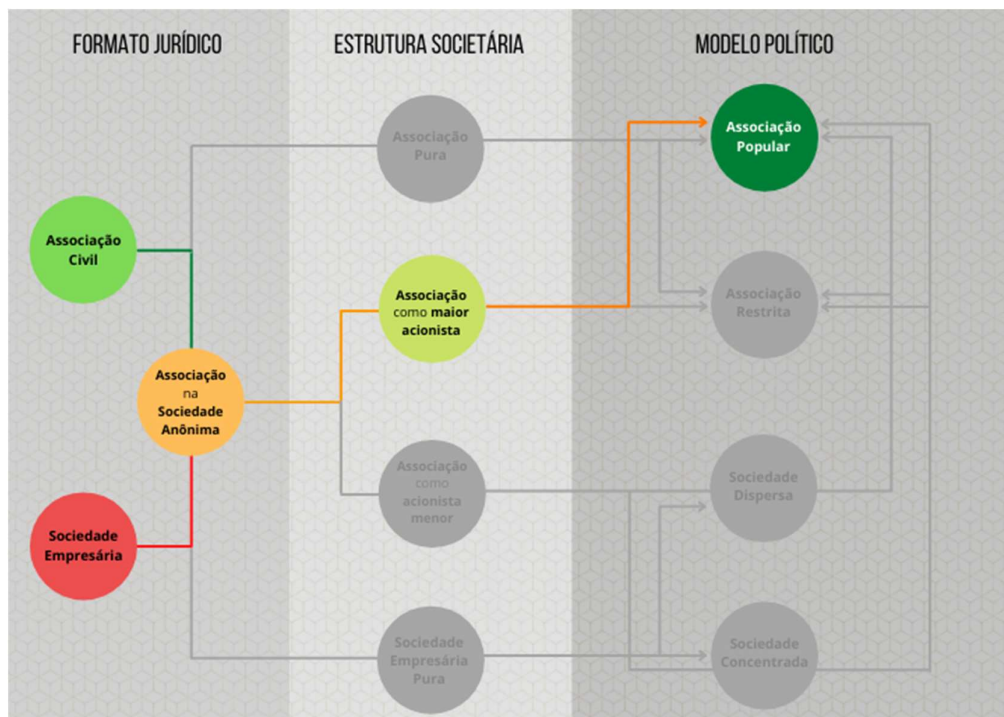


Figura 6 – Tipo C1a

Fonte: O autor

O “Tipo C1a” (Fig. 6) apresenta sociedade empresária sob o controle majoritário da associação civil originária, quando essa é identificada como associação popular. É o modelo obrigatório na Alemanha (salvo algumas exceções), através da regra do *50+1*, que conta com associações acessíveis, assembleias amplas e direito a voto (VIÑAS, 2020).

Esse também é o tipo onde se enquadram FC Porto, Sporting CP e SL Benfica, SC Braga e Vitória SC, clubes de maiores quadros associativos de Portugal. Neste último, mais especificamente, a associação retomou o controle acionário da sua SAD em 2020. Apesar das associações portuguesas geralmente elaborarem alguns critérios de voto mais ou menos controlados (como maior peso de voto a sócios mais antigos), em geral essas podem ser enquadradas como associações populares pelo razoável custo de adesão e alto grau de participação (MACEDO; SILVA, 2020).

Portanto, nesses casos, voltamos a tratar de torcedores associados com direitos de voz e voto em assembleias e eleições. Um tipo de estrutura que não exige organizações mais elaboradas, já que a participação é direta e legitimada estatutariamente.

O “Tipo C1b” (Fig. 7) identifica aquelas sociedades empresárias sob controle majoritário da associação civil originária onde, entretanto, a participação nas associações é mais restrita do que no modelo anterior.

É o caso do AFC Ajax e do Feyernoord, principais clubes da Holanda, cujas associações são compostas por um número reduzido de associados. Nesses casos, observa-se a participação mais efetiva dos torcedores em organizações como os “supporters clubs” (clubes de torcedores), que servem de espaço de associação e representação desses junto aos clubes. No caso do Feyenoord, a organização “Het Legioen” possui inclusive uma cadeira no conselho de administração da empresa que controla o clube (SPAIIJ, 2012).

Em sentido de representação, cabe agregar alguns clubes que são controlados por uma fundação, que também é um modelo de entidade civil sem fins lucrativos, comumente mais restrito do que uma associação. Ocorre em clubes como o Santiago Wanderers, do Chile; e na Espanha esse foi um modelo mais comum após a conversão dos clubes em sociedades anônimas desportivas (SAD), hoje ainda sendo visto no Levante UD e no SD Huesca (PALCO23, 2021).³

Nesse modelo, o clube segue controlado pela associação originária e o espaço de atuação dos torcedores é restrito por conta de regras ou custos de associação restritivos. Entretanto, o poder de acionistas também é restrito.

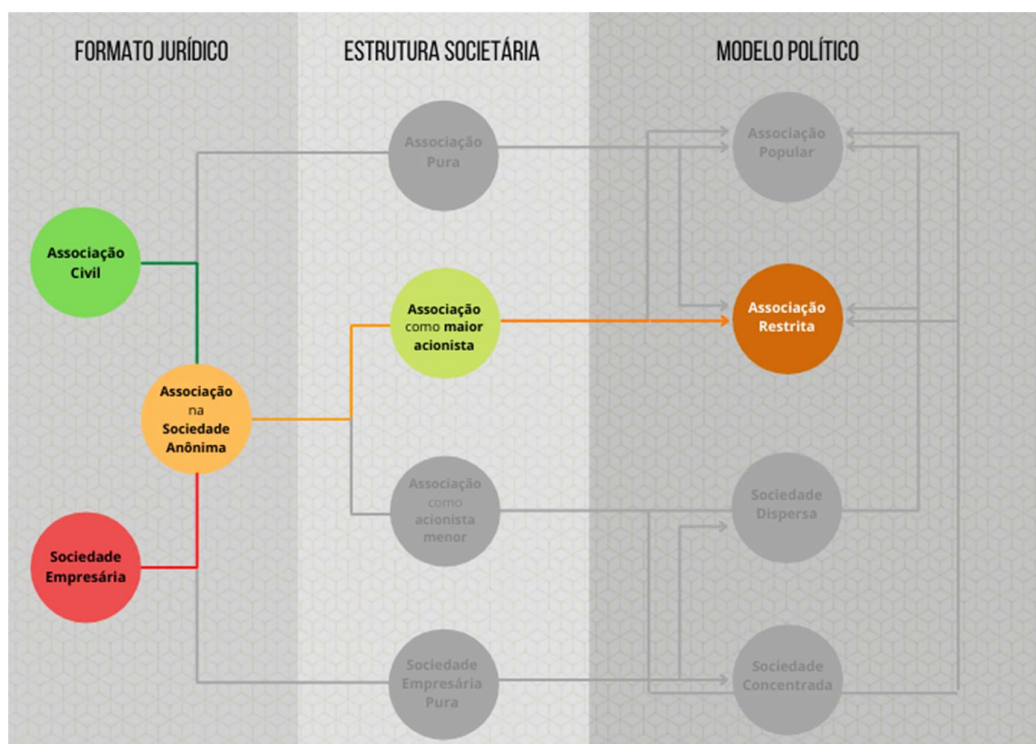


Figura 7 – Tipo C1b

Fonte: O autor

Nos dois modelos a seguir (C2a¹ e C2a²), a associação compõe uma sociedade dispersa. Trata-se de um modelo pouco encontrado, senão no Chile, por razões muito particulares, já que “clubes-empresa” tendem a ter controle concentrado pela associação ou em um acionista majoritário – como já demonstrado, à exceção do que ocorre em alguns clubes da Espanha, que já não contam com associação (B1a e B1b).

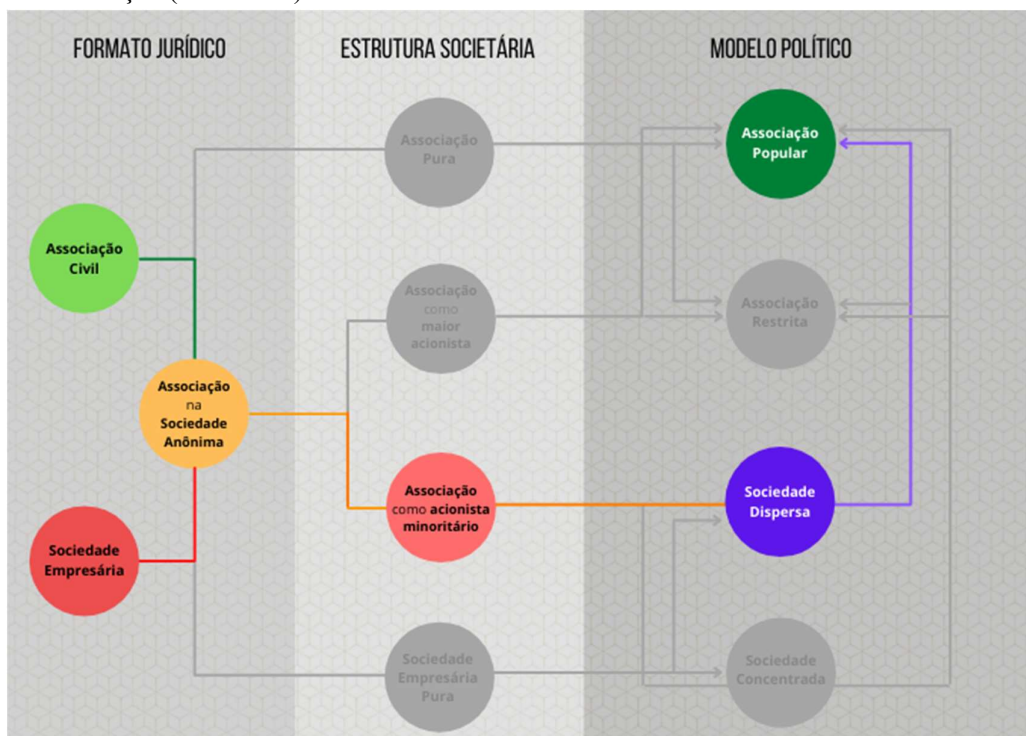


Figura 8 – Tipo C2a¹

Fonte: O autor

O “Tipo C2a¹” (Fig. 8) apresenta aquelas sociedades empresárias com controle disperso entre muitos acionistas, dentre os quais consta a participação de uma associação civil originária de caráter popular, mas em uma conjuntura em que essa não detém o controle majoritário.

É um modelo visto com frequência no Chile, onde as associações possuem pequena participação ou apenas o controle das chamadas “*golden share*”. Essas ditas “*golden share*” conferem às associações o poder sobre alguns temas sensíveis (cores, emblemas, estádios, etc), mas não dá a elas o controle da empresa, e muitas vezes sequer uma cadeira no conselho de administração da empresa que controla o clube. Seria possível enquadrar o CSD Colo-Colo e o Club Universidad de Chile nesse critério, com a ressalva de que são clubes sob regime de “concessão” dos ativos relacionados ao seu futebol profissional, previsto para se encerrar em 2035. De todo modo, convém observar que a associação segue sendo disputada por agrupamentos de torcedores, uma vez que a associação nesses dois clubes ainda é acessível (RUETE et al., 2020).

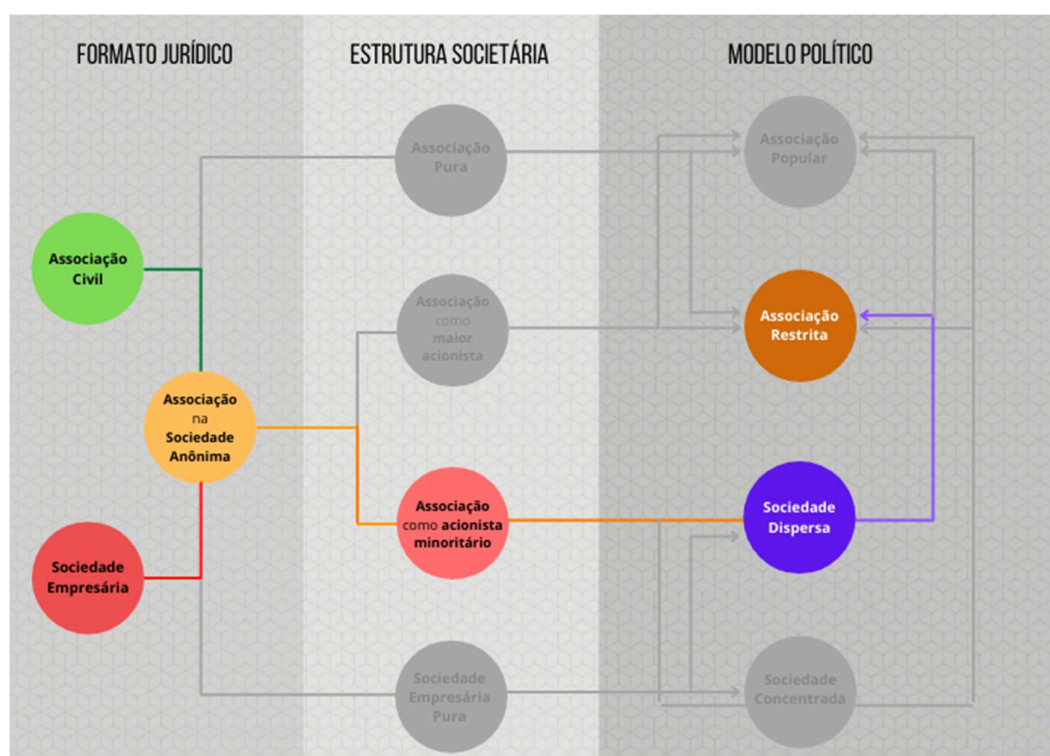


Figura 9 – Tipo C2a²

Fonte: O autor

O “Tipo C2a²” (Fig. 9) apresenta aquelas sociedades empresárias que não contam com o controle concentrado em um único investidor, mas disperso em vários acionistas, com a participação de uma associação de caráter restrito, sendo que essa não detém o controle majoritário.

O caso mais significativo é o do CD Universidad Católica, do Chile, onde a associação detém 12,94% da sociedade. Diferentemente dos seus principais rivais locais, a associação atualmente é restrita. A participação da associação na empresa é limitada pela existência de outros acionistas com poder (COMISIÓN, 2021).

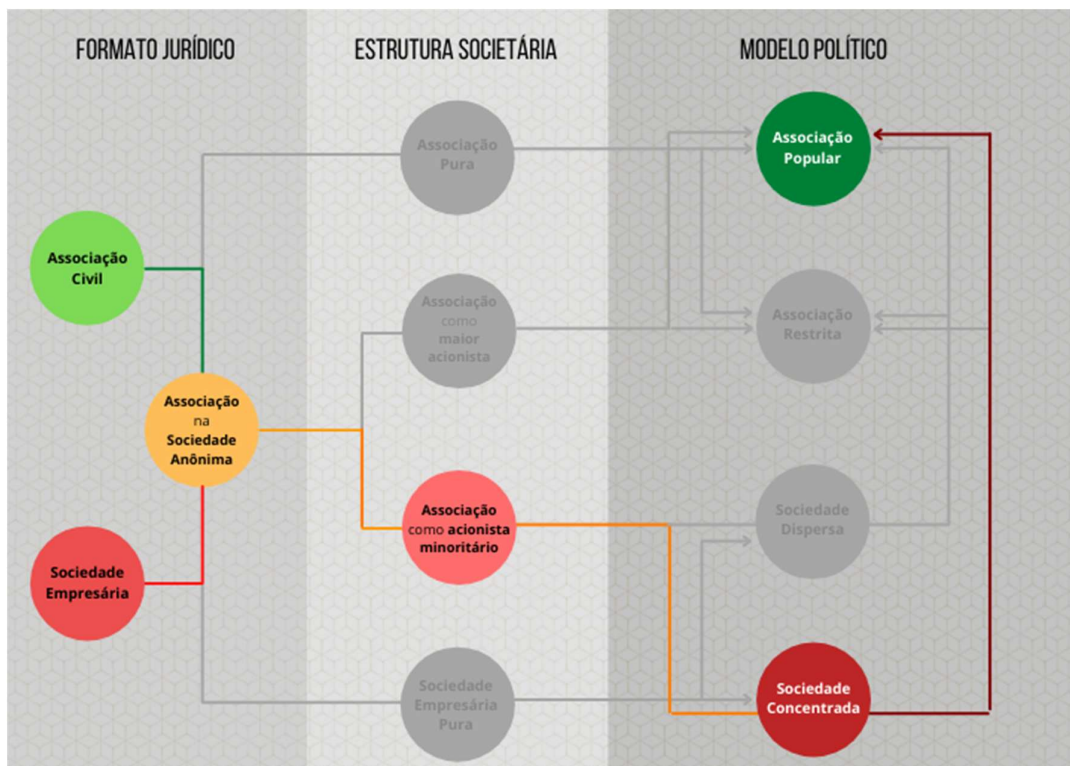


Figura 10 – Tipo C2b¹
Fonte: O autor

O “Tipo C2b¹” (Fig. 10) apresenta aquelas sociedades empresárias que contam com o controle concentrado em um único investidor, mas ainda possuem uma associação civil originária de caráter popular, sendo que essa não detém o controle majoritário.

Tipo comum em Portugal, uma vez que todas as SAD devem ter suas associações originárias com pelo menos 10% do controle acionário, coexistindo com acionistas majoritários com amplo controle sobre a sociedade. Seria o caso do CF Os Belenenses e, anteriormente, era o caso do SC Beira-Mar, antes da falência do clube (MACEDO; SILVA, 2020).

No Chile, onde o modelo também é recorrente em agremiações de menor porte, um caso digno de menção é o CD Unión Española, que atualmente vive uma tentativa de restabelecimento da associação, detentora da chamada “*golden share*” da sociedade, que lhe garante poder de decisão quanto ao futuro do estádio do clube (COMISIÓN, 2021).

O “Tipo C2b²” (Fig. 11) apresenta aquelas sociedades empresárias que possuem o controle concentrado em um único investidor, ainda que haja participação de uma associação civil originária de caráter popular.

Em Portugal, por conta da obrigação de participação mínima de 10% da associação na SAD, esse modelo pode ser visto em agremiações menores, sem grande quadro associativo ou grande torcida. No Brasil, por conta do tradicional modelo restrito das associações, as poucas experiências de clube como empresas podem ser todas percebidas nesse modelo: EC Bahia e EC Vitória (até o final da década de 2000); Figueirense FC (até 2019); Criciúma EC (até 2020); Botafogo-SP (BFC).

Nesse modelo, a participação dos torcedores é duplamente impeditiva, pois não existe na associação e esta, por sua vez, não possui poder dentro da sociedade empresária.

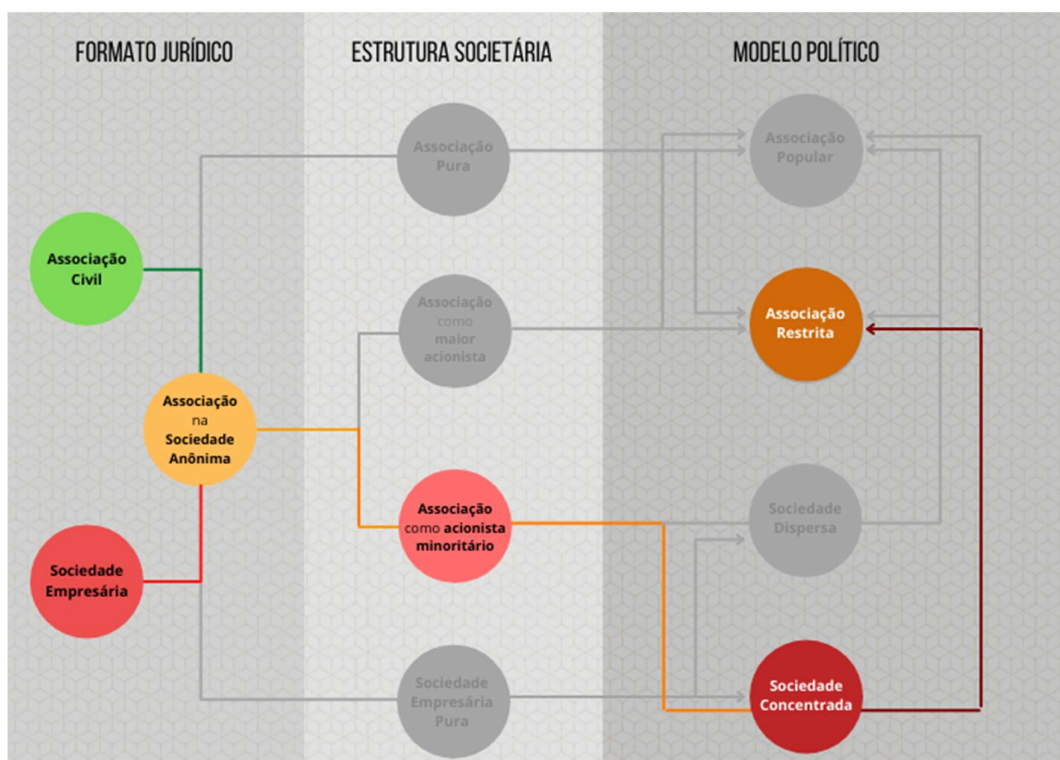


Figura 11 – Tipo C2b²

Fonte: O autor

Nesse modelo, a participação dos torcedores é duplamente impeditiva, pois não existe na associação e esta, por sua vez, não possui poder dentro da sociedade empresária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática dos ativismos torcedores ainda é pouco trabalhada na bibliografia brasileira, em especial se dermos enfoque às mobilizações dos torcedores pelos sentidos dos clubes e dos estádios. O conflito entre os processos de mercantilização do futebol e os interesses e entendimentos dos torcedores quanto à sua posição, relação e composição do clube modificam-se com constância, bem como se modificam as formas como os torcedores se organizam para contestar esses processos.

Seguindo o objetivo proposto, o artigo apresentou uma tipologia dos clubes de futebol no século XXI, de modo a auxiliar nos estudos dos movimentos de torcedores. A partir da observação da estrutura dos clubes através de três níveis – formato jurídico, estrutura societária e modelo político – foram descritos 10 tipos de clubes. Para cada um desses tipos, foram elencados exemplos de clubes, considerando um *corpus* de 14 países.

Defendeu-se a importância da compreensão mais qualificada sobre a estrutura de cada clube, argumentando que isso influencia ou determina as formas como os movimentos de torcedores elaboram organizações de modo a garantir maior poder de decisão dentro das suas agremiações. Considerando-se que por vezes um único país apresenta dois ou até três desses modelos, o diagrama elaborado serve como forma de visualização desse modelo de classificação, não restringindo a análise às fronteiras de cada país.

O artigo em questão deve ser lido em conjunto com outras publicações complementares, que aprofundam e aprimoram as discussões acerca dos movimentos de torcedores, também se dedicando à descrição das formas organizativas elaboradas com o intuito de conferir maior participação política.

As formas organizativas elaboradas pelos torcedores para exercer influência nos clubes são muito diversas e prescindem da existência de espaços legítimos para atuação. Mesmo naqueles clubes associativos populares, onde há acesso mais fácil ao direito de associação, é comum que

agrupamentos, coletivos ou torcidas organizadas se apresentem como organizações de representação de torcedores, com variadas pautas e objetivos. Portanto, não se deve percebê-las apenas dentro desses limites, aqui levantados apenas como foco central desse trabalho em específico.

Os pontos de conexão e de diferença entre as experiências organizativas de torcedores em diferentes realidades devem ser analisados em muitos sentidos, desde o histórico de formação do futebol em determinada localidade, até as ditas “culturas torcedoras”, as formas como os torcedores, ao longo do tempo, foram se entendendo e construindo o seu lugar no clube.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDILA BARRERA, Brian Leandro. *Análisis económico y financiero del fútbol profesional colombiano* (2016-2018). Universidad ICESI, 2019.
- BROWN, Adam, United We Stand: Some Problems with Fan Democracy. In: BROWN, A. (Org.). *Fanatics! Power, Identity and Fandom in Football*. London: Routledge, 1998.
- BORGES, Fernando. Acabou o amor: o processo de divórcio entre clube e SAD em Portugal. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 98-119.
- CAMPOS MUÑOZ, Sebastián. Sociedades anónimas deportivas no Chile: o declínio do futebol social. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 120-131.
- CLELAND, J.; DOIDGE, M.; MILLWARD, P.; WIDDOP, P. *Collective Action and Football Fandom*. Springer International Publishing, 2018
- COMISIÓN PARA EL MERCADO FINANCIERO. Información de Fiscalizados – Organizaciones Deportivas Profesionales. Disponível em: <<https://www.cmfchile.cl/portal/principal/613/w3-propertyvalue-18561.html>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- FERREIRA, Daniel; FIGOLS, Victor de Leonardo. Ley de Deporte na Espanha e o modelo de sociedad anónima deportiva: um balanço dos últimos 30 anos. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 72-97.
- GARCIA, Borja; ZHENG, Jinming (Org.). *Football and supporter activism in Europe: whose game is it? Football Research in an Enlarged Europe*. Palgrave Macmillan, 2017.
- GOAL. Por qué Florentino Pérez ha sido elegido como presidente del Real Madrid sin que haya habido elecciones y qué requisitos que se necesitan para ser presidente del club. 14 abr 2021. Disponível em: <<https://www.goal.com/es/noticias/convocatoria-a-elecciones-en-el-real-madrid-posibles/84v5xdw0t1szmftm45cwspl>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- GÜNEY, E. Supporter Ownership in Turkish Football. In: GARCIA, Borja; ZHENG, Jinming (Org.). *Football and supporter activism in Europe: whose game is it? Football Research in an Enlarged Europe*. Palgrave Macmillan, 2017.
- KENNEDY, Peter; KENNEDY, David. (Org.). *Football supporters and the commercialisation of football: comparative responses across Europe*. Londres: Routledge, 2013
- KEOGHAN, Jim. *Punk Football: The Rise of Fan Ownership in English Football*. Brighton: Pitch, 2014.
- MACEDO, Edgar; SILVA, Rui. Club de Futebol “Os Belenenses”: síntese histórica de um Clube grande e histórico em Portugal. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 162-177.
- MOREIRA, Veronica; DASKAL, Rodrigo. As associações esportivas civis no futebol argentino: privatizações e resistências. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 162-177.
- MOTTA, Luciano. *O mito do clube-empresa*. Sporto, 2020.
- NASH, Rex. Contestation in modern English professional football: The Independent Supporters association movement. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 35, issue 4, p. 465-486, 2000.
- OLYMPIQUE LYONNAIS. Shareholders, 2021. Disponível em: <<https://investisseur.olympiquelyonnais.com/en/shares/shareholders.html>>. Acesso em: 27 set 2021.

- PALCO23. Socios, fundaciones e inversores: ¿quién controla el fútbol español? 11 jan 2021. Disponível em: <<https://www.palco23.com/clubes/socios-fundaciones-e-inversores-quien-controla-el-futbol-espanol.html>>. Acesso em: 27 set 2021.
- RUETE, Gabriel; TAPIA, Daniela; DÍAZ, Sebastián; ROSSELOT, Santiago; ALBORNOZ, Daniel. Club Universidad de Chile: recuperar o clube para os seus torcedores, superando o fracasso das S.A. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 178-201.
- SANTOS, Irlan Simões da Cruz; SANTOS, Anderson David Gomes dos. Democracia torcedora versus Vantagens consumistas: uma análise da associação clubística em tempos de futebol-negócio. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 246-261, 2018.
- SIMÕES SANTOS, Irlan. Clube-empresa: histórico, impactos reais e abordagens alternativas. In: SIMÕES SANTOS, Irlan (Org.). *Clube empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020a.
- SIMÕES SANTOS, Irlan. O Novo processo de empresarização dos clubes de futebol no Brasil: elementos para uma análise crítica. SEMINÁRIO INTERNACIONAL LEME - #MARACA70: MÍDIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 4., 2020b.
- SIMÕES SANTOS, Irlan. Associação, pertencimento e participação: sobre ações políticas de torcedores nos clubes de futebol. In: MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. (Org.). *Nas entrelinhas do futebol: espetáculo, gênero e formação*. Curitiba: CRV Ed., 2021a. p. 33-48.
- SIMÕES SANTOS, Irlan. Futebol-negócio e ativismos torcedores: notas para um estudo da política em clubes da Europa e América do Sul. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-14, 2021b.
- SIMÕES SANTOS, Irlan. O novo processo de empresarização dos clubes de futebol no Brasil: elementos para uma análise crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2021. *Anais...* São Paulo: Intercom; Salvador: UFBA, 2021c.
- SPAAIJ, Ramón. The football laboratory: policing football supporters in the Netherlands. In: MASTROGIANNAKIS, D; DORVILLE, C. *Risk Management and Sport Events*. Paris: Le Manuscrit, 2012. p. 49-89.
- VIÑAS, Carles. O modelo societário do futebol alemão: uma referência de sucesso em questão. In: SANTOS SIMÕES, Irlan (Org.). *Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020. p. 240-265.
- WHANNEL, Gary. *Culture, Politics and Sport: Blowing the Whistle Revisited*. Londres: Routledge, 2008.
- WILLIAMS, John. Walking alone together the Liverpool Way: Fan culture and “clueless” Yanks. *Soccer & Society*, v. 13, issue 3, p. 426-442, 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Este artigo originou-se de uma tese de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Ronaldo George Helal, iniciada em abril de 2018. A pesquisa vem sendo realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- ² Como é possível observar, em casos em que a associação detém o controle da S.A não há necessidade de distinção da sociedade em “concentrada” ou “dispersa”.
- ³ Na década de 2000, alguns clubes espanhóis recorreram às fundações como formas de resolver suas pendências financeiras e evitarem punições esportivas, através da participação de antigos sócios de grande poder aquisitivo. Também foi um modelo adotado no Valencia CF, até meados de 2014, quando este é adquirido pelo empresário singapurano Peter Lim após problemas gerenciais graves causados pela construção de um novo estádio (ainda inacabado).

Recebido em julho de 2021
Aprovado em setembro de 2021